

NOVOS TERRITÓRIOS

As propostas do deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM) de criar na Amazônia dois novos territórios mantêm preocupadas as populações tradicionais da região que, através de seus representantes, discutiram recentemente as consequências destas proposições.

A assessoria parlamentar da Presidência da República na Câmara dos Deputados informou à Assessoria Parlamentar do Cimi que o governo FHC não tem interesse em criar os territórios do Alto Solimões e do Rio Negro. E que a resistência maior é da área econômica, pois os territórios, por disposição constitucional, são mantidos pela União e, neste momento, o governo não deseja assumir estes encargos.

Isso contraria um dos objetivos do parlamentar amazonense que defende exatamente uma liberação maior de recursos para a região, provocando, com isso, uma nova onda desenvolvimentista na Amazônia.

Este desenvolvimento, certamente, afetará de forma drástica as comunidades indígenas da região. É por isso que elas se mobilizam contra as propostas.

Índios serão as maiores vítimas

Egon Heck*

As populações do interior da Amazônia vivem uma situação de abandono, de miséria e de falta de perspectivas. Esta é também a realidade dos povos que habitam as duas regiões para as quais está sendo proposta a criação de territórios pelo deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM). Num seminário que reuniu, em março, em Manaus, autoridades, lideranças indígenas e acadêmicos, além de representantes de diversas outras organizações e instituições de defesa das lutas sociais, os projetos do parlamentar foram debatidos. E, rechaçados.

Será que, criados os territórios, não se retomará o velho e surrado discurso de que é necessário revisar as áreas demarcadas e em fase de demarcação, por serem muito extensas e comprometerem o desenvolvimento dos territórios? A preocupação, de todos, foi externada pelo geógrafo José Ademir, durante o seminário que apontou para a necessidade urgente de uma ampla mobilização dos vários setores da sociedade na construção de alternativas viáveis para o bem-estar e um desenvolvimento que efetivamente proporcione uma melhoria de vida para as populações locais.

Organizado por mais de 20 entidades, partidos, organismos populares, sindicais e indígenas e universidade, o seminário "Rio Negro e Solimões: Realidade e Perspectivas" não teve a participação do autor da proposta de criação dos territórios. O parlamentar amazonense foi convidado para defender sua proposta, mas se negou a comparecer,

justificando que o debate "não levaria a nada" e que seus promotores tinham "outras intenções". Sem rodeios, os debatedores se referiram ao deputado, durante o seminário, como um declarado inimigo dos índios e da população local, sem legitimidade para fazer a proposta.

A trajetória de Euler Ribeiro, como um "antiíndigena" foi destacada por diversos participantes. Entre seus principais feitos contra os índios da Amazônia, lembraram que, em 1991, ele espalhou outdoors em Manaus pedindo anulação de demarcações das terras dos Tikuna. No alto Solimões promoveu passeatas contra as terras indígenas, instigando a população contra os índios e seus aliados, prometendo aos madeireiros que lutaria até à morte pelos seus interesses.

Fizeram referência ao texto inicial do projeto de Euler Ribeiro, onde foram utilizadas expressões do período ditatorial, como "ocupar e integrar para não entregar", "a boa vizinhança começa com uma boa cerca", etc. Segundo o historiador amazonense, hoje na UFRJ, Ribamar Bessa, presente ao encontro, "Euler Ribeiro deve ter lido o Benchimol e não entendido".

Desenvolvimento?

O promotor público de Manaus, José Roque Pinto, disse temer pelo futuro das populações indígenas das regiões do alto Solimões e do Rio Negro, caso sejam aprovadas as propostas, pois é sobre elas que incidirão os maiores impactos. De acordo com ele, os projetos trazem embutido um



Pedro Garcia (FOIRN) e Pedro Inácio (CGT): índios não foram ouvidos



Índia Deolinda Wanano, do Rio Negro, sobrevive de artesanato na periferia de Manaus

"Para os povos indígenas, a terra não é mercadoria ou objeto de troca, mas a base de uma completa rede de relações sociais, culturais, políticas e econômicas, através das quais a terra passa a ser um território onde realizam as atividades que reproduzem a vida. Por isso, qualquer proposta de criação de territórios enquanto unidades políticas, a partir das instâncias do Estado, devem levar em consideração estes aspectos".

José Ademir
 Geógrafo da Universidade do Amazonas

que o retorno para a população seria maior. Para o deputado estadual do PC do B do Amazonas, Eron Bezerra, investimentos na região através da criação de "zonas especiais" possibilitariam um desenvolvimento participativo e democrático.

Essa opinião foi reforçada pelo assessor da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab), Sílvio Cavuscens, que lembrou experiências positivas que incorporam conhecimentos tradicionais e pesquisas científicas recentes na região. "O que falta é vontade política para transformar estas experiências isoladas em programas mais amplos para a Amazônia", afirmou.

O Cimi e outras entidades, assim como o promotor José Roque Pinto, perguntaram por que, já que se fala em territórios, não se cumpria o artigo 30 do Estatuto do Índio, que prevê a criação de territórios federais indígenas nas regiões onde a população indígena for superior a um terço dos habitantes. Os índios teriam reconhecidas suas terras e viveriam em segurança. Representantes do Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT) também estiveram no seminário que resultou numa carta com a posição dos participantes, contrária à criação dos novos territórios, destinada ao presidente da República e a outras autoridades.

Este seminário foi um dos itens de extensa pauta de mobilização dos povos indígenas da Amazônia, definida no final do ano passado, contra a instalação de novos territórios na região.

*Missionário do Cimi Norte